

CUT **SINTSEF** 34 Anos **CONDSEF/FENADSEF**

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Servidores Públicos Federais realizam manifestação unificada em prol do Reajuste Salarial de 2024



Foto: Letícia Alves/Sintsef-CE

No dia 24 de janeiro de 2024, o Ato Unificado dos Servidores Federais, que teve lugar em frente ao edifício da Receita Federal em Fortaleza, uniu-se a diversas manifestações por todo o país, todas com o propósito de exercer pressão pela conquista de reajustes salariais em 2024. [Pág 2](#)

na base

Veja os assuntos mais atualizados sobre o Incra, Ibama, Funasa e Dnocs. [Pág 3 e 4](#)

empresas públicas

Saiba as atualizações sobre o ACT da Conab e Ebserh. [Pág 5](#)

sindical

Confira a participação do Sintsef-CE nos Congressos da Condsef e da CUT. [Pág 6](#)

jurídico

Sintsef-CE conquista mais de R\$ 12 milhões para filiados(as) em 2023. [Pág 7](#)

PELO REAJUSTE SALARIAL PARA TODOS OS SERVIDORES FEDERAIS ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS!



Desafios e debates que refletem na campanha salarial dos servidores públicos federais

Exigir o fim do genocídio em Gaza e um cessar fogo imediato.

Recentemente, o Presidente Lula, declarou: "O que está acontecendo na Faixa de Gaza e com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu: quando o Hitler resolveu matar os judeus(...). Não é uma guerra entre soldados e soldados. É uma guerra entre um Exército altamente preparado e mulheres e crianças". Em reação, Lula vem sofrendo duros e injustos ataques da extrema direita, do sionismo e da grande imprensa, cúmplices dos crimes que o governo de Israel comete contra o povo palestino e a humanidade, mas Lula está certo e o mundo apóia sua denúncia.

O Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, confirmou a acusação feita pela África do Sul com base na Convenção Internacional que "Israel cometeu, comete e pode continuar a cometer atos genocidas contra o povo palestino em Gaza". O Tribunal decidiu que Israel deve "tomar todas as medidas" para evitar atos de genocídio em Gaza.

As mobilizações na Argentina mostram uma força que pode derrotar Milei

As mobilizações ocorridas em vários pontos da Argentina em 24 de janeiro, convocadas como um dia de greve geral pelas centrais sindicais CGT e as duas CTA, com apoio de inúmeras organizações populares, contra o pacote de ajuste do presidente Javier Milei, demonstrou que existe uma força disposta a derrotar a "Lei Ônibus" e o Decreto Nacional de Urgência (DNU) que foram enviados ao Congresso nacional. Uma importante solidariedade internacional à greve geral na Argentina ocorreu com manifestações diante de consulados e embaixadas do país em vários países da Europa e da América

Latina. No Brasil ocorreram atos em Brasília, Porto Alegre, Rio e São Paulo.

Lira abocanha R\$ 53 bilhões do orçamento da união

Em dez anos, a fatia do orçamento da União decidido pelo parlamento quintuplicou. o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) na abertura do ano legislativo em 5/2/24, subiu o tom na disputa pela ampliação do controle do orçamento pelo parlamento. O governo Lula vetou, na Lei de Diretrizes Orçamentárias no Orçamento de 2024, trechos que ampliariam os valores dessas emendas e acelerariam o pagamento pelo Executivo. Isso desagradou Lira, que, muito mais do que a realização de pequenas obras com os valores das emendas, tem interesses políticos nesses recursos.. O volume total de emendas de parlamentares corresponde a R\$ 53 bi.

Reforma administrativa (PEC32)

Lira voltou a afirmar que aprovar a PEC32 da reforma administrativa, encaminhada ao congresso pelo governo anterior, é uma das suas prioridades para 2024. Enquanto isso, Esther Dweck ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) afirmou que a PEC 32 não vai melhorar o atendimento a população, para ela, a PEC que está no Congresso é ruim, pois é punitiva. Segundo a Ministra a pasta está preparando um pacote de medidas mais positivas para substituir a PEC32, que passa pela reestruturação das carreiras e valorização dos servidores e concursos públicos.

Desoneração da folha de pagamento

O presidente Lula tomou uma decisão acertada ao vetar o projeto de lei que prorrogaria a desoneração da folha de pagamento até 2027 para 17 se-

tores da economia. Ela substituiu a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, proporcionando uma redução do valor pago pelo empregador para a seguridade social. O Congresso Nacional derrubou o veto presidencial gerando um rombo de mais de R\$ 9 bilhões anuais segundo o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad que compromete os recursos da Previdência Social.

Campanha Salarial dos servidores federais

Em dezembro de 2023, o governo federal apresentou uma proposta aos servidores federais em que consta reajuste no Auxílio Alimentação; no valor do per capita da Saúde; no valor da Assistência Pré-escolar, todos em torno de 52%, e ainda um reajuste salarial de 9%, em duas parcelas iguais, sendo a primeira em maio de 2025 e a segunda em maio de 2026, perfazendo um total acumulado de 19,03% no período entre 2023 e 2026, esta proposta foi rejeitada pela categoria principalmente porque excluiu aposentado(a)s e pensionistas, e por não apresentar nenhum reajuste para 2024.

Em 31 de janeiro a banca sindical apresentou uma contraproposta elaborada com ajuda do DIEESE em que cobra do governo reajuste de 34,32% dividido em três parcelas iguais de 10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais, ativos, aposentados e pensionistas.

No dia 28 de fevereiro a reunião da Mesa Nacional de Negociação terminou mais uma vez sem o avanço que servidoras e servidores federais esperavam, segundo o MGI, dependeria do aumento na arrecadação para conceder reajuste salarial aos servidores federais neste ano, o que já aconteceu em janeiro com o governo registrando

quase R\$ 80 bilhões em superávit, um avanço de mais de 7% em termos reais. A CONDSEF e o SINTSEF reafirmam a necessidade de intensificar a mobilização.

Diretrizes para os Planos de Carreira

A existência de mais de 300 tabelas salariais das carreiras do Executivo e a grande distorção salarial é contraditória com um serviço público voltado para um bom atendimento á população é necessária uma imediata correção dessa discrepância. As Diretrizes para os Planos de Carreira devem integrar a progressiva racionalização e transformação dos atuais cargos ocupados; nas reestruturações, aposentados e pensionistas que devem ter seus direitos preservados a paridade com os servidores ativos; manutenção e fortalecimento dos cargos de nível médio e auxiliar; ascensão funcional como medida de evolução na carreira; estabelecimento de um piso salarial e da relação entre menor e maior salário, a referência para estabelecer o piso salarial dos servidores públicos federais deve ser o salário mínimo do DIEESE e o maior salário no serviço público não deveria ser maior que seis vezes o menor salário; todas as formas de terceirização e privatização devem ser extintas, pois prejudicam os direitos da classe trabalhadora e precarizam a prestação do serviço público à população; deve haver uma programação dos concursos públicos de modo a garantir a manutenção da estrutura do Estado; a transversalidade é fundamental para que se busque criar critérios objetivos e uma cultura e incentivo para as movimentações dentro da administração pública.

A Direção Colegiada

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7300 Direção Colegiada - Coord. Geral: Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa Coord. Jurídica: Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota Coordenação de Comunicação: Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares Coord. de Formação Política:

José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho Coord. de Finanças: Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior Coord. Sócio-cultural: Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa Coord. de Aposentados e Pensionistas: Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso Coord. Administrativa: Lucy Mary Gomes Matos, José Arteiro da Silveira, José Helio Alves de Araújo Coordenação de Org. e Sindicalização: José Artur Camurça Torres, José Zezito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda Coord. de Saúde do Trabalhador: Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude: Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo Coord. de Empresas Públicas: Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. Conselho Fiscal: Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiéllo e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. Jornalista responsável: Júnior Tavares e Leticia Alves Diagramação: Leticia Alves Tiragem: 6 mil exemplares Impressão: Expressão Gráfica

INCRA

Servidores do INCRA lutam por reestruturação das carreiras do órgão



Dia Nacional de Lutas mobiliza servidores por reestruturação das carreiras (19.02.2024)

As servidoras e servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) realizaram no último dia 19 de fevereiro o Dia Nacional de Luta pela reestruturação da carreira e fortalecimento do INCRA. Atos aconteceram em frente das sedes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

O Dia Nacional de Luta foi uma mobilização da Confederação Nacional da Associação dos Servidores do Incra (CNASI) com apoio da DARA/ Sindpfa, Condsef/Fenadsef, Sindicatos filiados dos Estados e entre eles o Sintsef-CE. Além do ato em Brasília, diversas mobilizações também foram realizadas nos estados. No Ceará, houve um ato na sede do Incra, em Fortaleza, reunindo dezenas de servidores(as).

Encaminhamentos

Continuar com as mobilizações toda as segunda-feira na sede do INCRA e apoio dos Movimentos Sociais e Parlamentares do Estado no Ceará na proposta de reestruturação da carreira do Incra que foi encaminhada e apresentada na Mesa Setorial de Negociação Temporária do INCRA, MDA e MAPA no MGI, em reunião realizada no dia 30 de outubro de 2023. Desde o ano de 2016 os servidores do Incra buscam uma equiparação da carreira dos trabalhadores do Ibama e outras carreiras assimiladas.

Uma nova rodada de negociação está prevista para o dia 14 de março de 2024. A categoria está em mobilização permanente todas as segunda-feira e realizando força tarefa em Brasília no Congresso Nacional solicitando apoio dos Parlamentares.

IBAMA

Servidores do Meio Ambiente rejeitam segunda contraproposta de reestruturação de carreira apresentada pelo do Governo Federal

No dia 21 de fevereiro, a Condsef e Ascema Nacional informaram aos servidores do Ibama o recebimento da segunda contraproposta do Ministério de Gestão e Inovação sobre a reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA.

As entidades representativas enviaram para suas bases a proposta do governo, para análise em assembleia, que foi rejeitada pelos servidores. Segue a análise da contraproposta do governo federal:

1. As tabelas dos cargos de NS e NI da Carreira são apresentadas com quatro Classes de cinco Padrões, como na contraproposta anterior. Os novos padrões são inseridos da mesma forma, sendo cinco no início das tabelas e dois no topo.

2. As GQ I, II e III voltam a compor a estrutura remuneratória, com percentuais fixos em relação ao Vencimento Básico (VB). A GDAEM também retorna, reajustada, aumentando sua proporção em relação ao VB.

3. A Gratificação de Localidade (GL) passa a conter duas bandas, ao invés de três, sendo que servidoras e servidores lotados nas sedes não fariam jus a essa gratificação. Conforme informado em comunicado após a reunião do dia 16/02, os critérios para percepção da GL serão definidos pelos órgãos com unidades descentralizadas.

4. Pela contraproposta do governo, o PECMA não terá novos padrões na tabela e, assim, não acompanhará os mesmos percentuais de reajuste da Carreira, deixando de ser espelho e, com isso, desrespeitando o Acordo assinado em 2006 na Mesa Nacional de Negociação Permanente.

5. A diferença salarial entre os níveis de escolaridade permanece grande. O NS da Carreira sem GQ e sem GL chega a R\$ 16.952,00; o NI da Carreira sem GQ e sem GL chega a R\$ 7.352,00. a. Os parâmetros dos "steps" estão sendo colocados



Sintsef-CE realiza assembleia no Ibama para discutir proposta do governo para carreira ambiental

como contas de "chegada". Ou seja, foram calculados a partir dos valores apresentados nas tabelas. Não há justificativas para os percentuais apresentados, que são inferiores aos das tabelas atuais, e a desigualdade de percentuais nas mudanças de níveis entre NS e NI é mantida.

6. Não há reajuste de 2025 para 2026. O impacto remuneratório ocorre apenas por reajuste da GDAEM. Isso também gera estruturas remuneratórias diferentes em 2025 e 2026, com aumento da proporção da GDAEM em relação ao Vencimento Básico, que chegará a 97% para o NS.

De acordo com as entidades representativas, a remuneração ainda está muito aquém da proposta dos servidores apresentada em outubro de 2023 e incompatível com o que vem sendo apresentado para outras carreiras. Vale salientar que o governo federal recebeu, no mesmo mês, uma proposta dos trabalhadores(as) reivindicando uma equiparação de tabela salarial igual ao dos servidores(as) da Agência Nacional das Águas (ANA).

na base

— FUNASA

Sintsef-CE e Condsef na luta junto aos servidores pela reestruturação da Funasa

No início do ano de 2023, o governo federal, a partir de relatórios feitos por uma das equipes de transição de saúde e infraestrutura, recomendou como indicativo a extinção da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), alegando, em princípio, a falta de efetividade do órgão. A Medida Provisória 1.156/23 começaria a ter efeito já a partir de janeiro daquele ano, alterando o funcionamento de um dos principais braços do governo nos milhares de municípios brasileiros, área de atuação do órgão.

Prontamente, o Sintsef-CE posicionou-se contra a decisão da Medida (mais tarde incorporada a outra medida 1.154/23), convocando assembleias com os trabalhadores e acionando a Condsef/Fenadsef para tomar medidas urgentes e imediatas, como a formação de uma força-tarefa para articulação política no Congresso Nacional, que viria a ser de grande importância na reversão da decisão.

Reversão de Medida, Funasa permanece

Após muita luta dos trabalhadores e das entidades representativas, com incontáveis reuniões com o governo e a mobilização de trabalhadores(as) de todo o país, no fim do mês de maio de 2023, a MP que previa a extinção da Funasa (1.156/23) caducou, perdendo a sua eficácia, por não ter sido votada pelo Congresso Nacional. A ação fez com que a Fundação voltasse a existir, após a retirada do texto incorporado a MPV 1.154/23, porém agora com um agravante: a desorganização do seu quadro de servidores e a retomada de atividades que haviam sido paralisadas.

Um órgão que já enfrentava problemas estruturais, agora também contava com desafios institucionais. Desde então, o Sintsef-CE, assim como a Condsef/Fenadsef, vem tentando sanar os problemas que surgiram com a ação, como a volta dos servidores para a Funasa e o retorno do



Condsef e servidores da Funasa reúnem-se com governo para discutir reestruturação

recebimento de benefícios que deixaram de existir após a extinção provisória da Fundação, dentre outros.

Apoio do Sintsef-CE

O Sintsef-CE esteve envolvido em todo o processo de recriação da Fundação e, a todo momento, esteve ao lado dos servidores da Funasa, seja realizando assembleias locais com os trabalhadores, custeando viagens de representantes a Brasília, para encontrar-se com a presidência do órgão e participar de reuniões; seja

marcando encontros com parlamentares locais e nacionais para dar celeridade às solicitações e demandas mais urgentes dos trabalhadores.

A luta pela reestruturação do órgão continua e as próximas ações em benefício da Fundação e dos servidores já foram definidas, como a realização de um Seminário Nacional Extraordinário dos servidores(as) da Funasa, convocado pela Condsef/Fenadsef, que acontecerá de 14 a 16 de março, em Brasília.

— DNOCS

Sintsef-CE participa de reunião com Diretor Geral do DNOCS e solicita celeridade em demanda de servidores

Em janeiro de 2024, o Sintsef-CE esteve presente na sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), em reunião com diretor-Geral do órgão, Fernando Marcondes de Araújo, autoridades como o deputado federal José Guimarães (PT/CE), líder do governo na Câmara dos Deputados, e lideranças políticas de vários municípios cearenses. No encontro foram debatidos temas como o fortalecimento e o desenvolvimento dos municípios cearenses e iniciativas que combatam as severas estiagens e também ações socioeconômicas.

Demanda dos Servidores

A Direção Colegiada do Sintsef-CE aproveitou o encontro para entregar pessoalmente uma carta ao dirigente do Dnocs e ao parlamentar federal, elaborada pela entidade, em parceria com os servidores(as), ainda em setembro de 2023; que foi endereçada ao ministro Waldez Góes, relatando os graves problemas crônicos que vive o Dnocs. O documento, elaborado no Encontro Nacional dos Servidores do Dnocs, e reivindica a reestruturação, fortalecimento e concurso público imediatos para que a instituição possa continuar desempenhando o seu importante papel onde atua, em nove estados do Nordeste mais o norte de Minas Gerais.

A iniciativa de elaborar essa carta e entregá-la ao governo federal, foi um dos principais encaminhamentos do Encontro dos servidores em setembro de 2023, organizado pelo Sintsef-CE, que vem lutando por melhores condições de trabalho, há anos.

Outras Lutas - Bolsas VPNI

O Sintsef-CE há muito tempo luta pelos direitos dos trabalhadores do Dnocs. Em 2019, a assessoria jurídica do sindicato iniciou uma ação devido à retirada da Rubrica VPNI – Art 14 Lei 12.716/12. O processo coletivo foi dividido em três ações, nas 2ª, 3ª e 7ª Varas, todas passando pelo Julgamento de Recurso Extraordinário no STF.

As ações da 3ª e 7ª varas determinaram o reestabelecimento do pagamento da rubrica VPNI aos servidores do Dnocs. Na 2ª Vara, a decisão foi contrária, não exigindo o restabelecimento, apenas a não cobrança dos valores pagos indevidamente. Atualmente, as ações procedentes estão em execução, com o Dnocs analisando as fichas financeiras para cumprir as determinações do Tribunal. Do ponto de vista político, buscou-se excluir o parágrafo único do artigo 14 da Lei 12.716/12, visando corrigir distorções salariais no órgão e manter as vantagens conquistadas pelos servidores, incluindo os últimos concursados, durante a implantação do plano de cargos e salários esperado.

Novo concurso público

Além de uma reestruturação, o Dnocs precisa urgentemente de um novo concurso público, já que o último já aconteceu há mais de dez anos e o contingente do órgão diminui a cada ano, gerando assim uma sobrecarga aos trabalhadores que ainda estão na ativa, exercendo de maneira sobrecarregada suas atividades.

CONAB

Assembleias de base em todo país aprovam ACT 2023/2024 da Conab

Em 1º de fevereiro de 2024, os representantes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e das entidades dos trabalhadores da empresa (Fenadsef, Asnab e Fisenge) assinaram o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024.

Este acordo marca uma série de conquistas para os trabalhadores, depois de anos precisando recorrer às mediações do Ministério Público e Tribunal Superior do Trabalho. Esse é o primeiro acordo resolvido no âmbito administrativo entre empresa e empregados.

Após anos de tentativas de retirada de direitos pela empresa, o ACT assinado neste dia conquistou um aumento de 3,65% nos salários e benefícios. Destacam-se a recomposição de 25% para Assistência à Educação infantil, agora R\$ 641,70, e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), agora R\$ 43,39 por crédito, totalizando R\$ 997,97 em seus 23 créditos.

A Condsef/Fenadsef reforça que as vitórias alcançadas são frutos da luta dos trabalhadores(as) da Conab, representados por suas entidades de classe que seguirão firmes acompanhando o desenrolar dos próximos passos, atentas para que a Companhia insira os retroativos na folha de pagamento no menor tempo possível.

ACT CONAB

- Inclusão de portadores de doenças oncológicas no Auxílio a Doentes ou Pessoas com Deficiência (cláusula décima oitava);
- Dispensa de laudo semestral para doenças/deficiências irreversíveis, comprovadas por laudo médico;
- Redução da jornada para empregados com dependentes com TEA (Transtorno do Espectro Autista);
- Abono de até 8 dias por atestado médico, sem homologação pelo médico do trabalho;
- Concessão de Ausência para Assuntos Particulares (AAPP), a qualquer tempo, desde que não prejudique o andamento das atividades;
- Gozo ou compensação de horas do banco em até 90 dias após o mês em que ocorreu;
- Assistência jurídica a empregados, quando envolvidos em processos judiciais decorrentes do desempenho de suas atividades, desde que a Conab não configure como parte em processos judiciais, bem como não exista conflitos de interesses entre as partes;
- Férias em até três períodos, sem limite de dias em cada período;
- Devolução do adiantamento de férias em até 7 parcelas mensais, iguais e sucessivas, para todos empregados.

EBSERH

Começam negociações entre empregados e empresa



Mesa de Negociação

As negociações para discutir o ACT 2024/2025 dos trabalhadores(as) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) está em andamento e, segundo a Condsef, o calendário de reuniões para discutir o tema está definido até o dia 27 de março. Em reunião ocorrida no último dia 19 de fevereiro entre empresa e representantes dos trabalhadores, foi definido a prorrogação do atual acordo (2023/2024), por mais 60 dias.

Os trabalhadores e trabalhadoras devem estar atentos, pois a extensão de todos os benefícios estão garantidos em lei. A mobilização e unidade serão fundamentais nesse processo para que avanços possam ser conquistados e contemplem os quase 50 mil empregados e empregadas da Ebserh em todo o Brasil.

A disposição para o diálogo foi confirmada tanto pela banca sindical, quanto pelos representantes da direção da empresa. As últimas reuniões ocorridas no dia 28 de fevereiro e discutiram sobre assédio e políticas afirmativas, saúde e segurança no tra-

balho e compensação de jornada, além de seguir o debate sobre férias. No dia 29 de fevereiro a mesa discutiu os temas 'jornada especial e intervalo'.

Sobre os encaminhamentos das reuniões, ficaram definidos que:

- 04/03: Reunião com os Grupos de Trabalho sobre mecanismos de combate a todas as formas de assédio e adicional de titulação;
- 11/03 Reunião com os Grupos de Trabalho sobre previdência complementar, concessão de licenças e afastamentos e redução e ampliação da carga horária;
- 14/03 Negociação do ACT (jornada; licenças e afastamentos; assédio; demais temas, conforme avanço das negociações);
- 27/03 Negociação do ACT (cláusula econômica; contribuição sindical; demais temas, conforme avanço das negociações);
- Criação de Boletins informativos para os trabalhadores(as) da Ebserh;

Conquista histórica

Vale lembrar que nos últimos anos o Sintsef-CE e a Condsef/Fenadsef vem apoiando de maneira integral a luta dos trabalhadores da Ebserh, uma prova disso foi o grande movimento de greve ocorridos em 2022, pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2021; o ganho de causas coletivas e particulares, por intermédio da assessoria jurídica do sindicato e a histórica assinatura do ACT 2023/2024 em Mesa de Negociação, assinado em junho de 2023, com a presença do presidente da empresa.

Congresso da Condsef aprova *Marcha a Brasília no primeiro semestre de 2024*

Foto: Junior Tavares



Condsef e servidores da Funasa reúnem-se com governo para discutir reestruturação

Entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2023, aconteceu em Brasília o XIV Concondsef e V Confenadsef, maior instância deliberativa da Condsef/Fenadsef que representa 80% dos conjuntos do funcionalismo público. O SintsefCE esteve presente e participou ativamente de palestras, debates, reuniões, além da tomada de todas as decisões deliberadas durante o encontro, com seus 46 delegados e 6 observadores eleitos em assembleias de base em todo o estado.

Com o tema "Fortalecer as organizações sindicais para reconquistar direitos e reconstruir os serviços públicos" o congresso, contou com a participação de cerca de 600 pessoas, entre delegados, observadores e convidados de todo o país que teve a seguinte programação: Ato Político de Abertura dos Congressos da Condsef e Fenadsef; Painel de Debate sobre Conjuntura e os Desafios para a Classe Trabalhadora (Convidados: CUT, DIEESE, FPMSP e ISP); Plenária de Debate sobre Conjuntura Nacional e Internacional; Plano de Lutas e Pauta de Reivindicações; Trabalho de Grupos; Encontros dos Departamentos Setoriais; Apresentação e defesa de chapas; Instalação da Assembleia Geral Ordinária Eleitoral para Eleição da Direção e Conselho Fiscal da Condsef e Fenadsef e departamentos; Proclamação do Resultado e Encerramento dos Congressos da Condsef e da Fenadsef.

Entre as principais propostas de resolução estão: Marcha da

classe trabalhadora a Brasília, onde será preparada uma Marcha a Brasília, com a CUT e as demais centrais, pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária, da terceirização, e unificação das lutas comuns dos setores público e privado; Realização de uma campanha de emergência contra a PEC 32, a partir de agora e durante todo o recesso parlamentar, no mês de janeiro de 2024, para mostrar, nas ruas e nas redes, a verdade ao povo trabalhador e aos servidores sobre essa PEC, falando com a base eleitoral de cada deputado, pressionando esses parlamentares em suas cidades durante o recesso; Solidariedade internacional ao povo Palestino, Cessar fogo imediato! Fim do bloqueio em Gaza! Por um único Estado Democrático; Diretrizes gerais e posições de princípio sobre reforma do Estado, concursos públicos, estruturação de carreiras e reestruturação dos órgãos públicos; Realizar uma campanha Nacional de Filiação, aliada a uma política de comunicação, de abrangência nacional. A campanha de filiação deve ser contínua e estar sempre integrada a outras ações sindicais, bem como presença constante nos locais de trabalho.

Outras propostas de resolução também foram aprovadas, dentre elas: Campanha nacional de filiação; Reformas estruturais: Uma reforma tributária para colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda; Empresas públicas: criação de um grupo de trabalho, na Condsef, formado por empregados públicos, com o propósito de desenvolver políticas de valorização salarial, da saúde e dos planos previdenciários desses trabalhadores; Em defesa dos servidores da Funasa: a Condsef se posiciona contra o mais recente ataque aos trabalhadores do órgão, substanciado por parecer da AGU, e exige que o governo mantenha a GTPST e a GACEN no contracheque desses servidores; Fim do DECIP: a Condsef empreenderá campanhas pressionando o governo pela recondução imediata dos aposentados e pensionistas do Decip para os respectivos órgãos de origem e revogação total do Decreto 10.620/2021; reafirmando a posição contrária ao Marco Temporal e a Desoneração da folha de pagamento.

O Congresso também aprovou a Pauta de Reivindicações, Planos de Lutas e Campanhas.

CUT Brasil elege nova Direção Executiva para o quadriênio 2023/2027

Durante o 14º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), ocorrido entre os dias 19 e 22 de outubro de 2023, foi eleita a nova diretoria executiva da entidade que atuará nos próximos quadriênio, (2023 a 2027). O Sintsef-CE esteve presente no evento com uma delegação de 5 diretores.

Reeleito para o segundo mandato na CUT Brasil, o

metalúrgico do ABC Sérgio Nobre e a bancária Juvândia Moreira, vice-presidência, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contra-CUT). No 14º CONCUT também foram criadas quatro novas secretarias: Economia Solidária; LGBTQIA+, Transporte e Logística e Aposentados, Pensionistas e Idosos.



Sintsef-CE conquista, em ações judiciais, mais de R\$ 12 milhões para filiados(as) em 2023

O Sintsef-CE tem a satisfação de informar que mais de R\$ 5 milhões em precatórios e RPVs foram liberados aos seus filiados durante o mês de dezembro de 2023.

Segundo a assessoria jurídica do sindicato, mais de 25 pessoas serão beneficiadas com precatórios, totalizando R\$ 4 milhões. Estes incluem pagamentos pendentes dos anos anteriores, 2021 e 2022, devido às Emendas Constitucionais 113 e 114, que instituíram o teto de gastos para precatórios judiciais.

Os precatórios inscritos em 2023, com previsão para 2024, foram antecipados e liberados devido ao julgamento pelo STF das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7047 e 7064, que reconheceram a inconstitucionalidade da moratória estabelecida pelas Emendas Constitucionais 113 e 114/2021.

Além disso, mais de 66 RPVs foram liberadas, totalizan-

do mais de R\$ 1 milhão, somando-se aos precatórios.

Os beneficiários serão contatados individualmente pela direção do Sintsef-CE para orientações sobre os valores e procedimentos necessários. O sindicato ressalta que essas vitórias são resultados do trabalho árduo da entidade em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

O ano de 2023 marcou o encerramento com 945 filiados recebendo mais de R\$ 12 milhões de diferentes órgãos federais, demonstrando a continuidade das vitórias do Sintsef-CE em anos recentes. Estes êxitos são méritos da direção colegiada e da assessoria jurídica que, incansavelmente, trabalham em prol dos interesses da categoria. Além dos benefícios financeiros, o sindicato também obteve vitórias administrativas e jurídicas que beneficiaram seus filiados.

NOTA: Sintsef-CE não recomenda ação judicial para dupla aposentadoria

O Sintsef-CE vem recebendo diversas dúvidas de servidores que se aposentaram recentemente pela modalidade especial sobre a possibilidade de desaverbar o tempo excedente a 25 anos de trabalho sob o regime jurídico próprio. A intenção é levar esse tempo ao INSS para obter outra aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Embora os tribunais permitam a desaverbação do tempo excedente para fins de obtenção de outro benefício previdenciário, é importante que os servidores estejam cientes das consequências negativas que essa ação pode ter sobre o valor da aposentadoria especial que eles recebem atualmente.

• Redução do valor da aposentadoria especial:

Ao conceder a aposentadoria especial, o Ministério da Saúde utiliza a média das remunerações de todo o período contributivo do servidor (julho de 1994 até a data da concessão do benefício). Se esse período for reduzido com a desaverbação, o Ministério da Saúde fará uma revisão para baixo do valor da aposentadoria especial. Isso ocorre porque as contribuições mais antigas, quando a remuneração do funcionalismo público federal era menor, serão utilizadas na nova média de cálculo.

• Requisitos para aposentadoria por idade no INSS:

Mesmo após desaverbar o tempo, o servidor ainda terá que esperar completar no mínimo 180 contribuições (ou 15 anos) para requerer a aposentadoria por idade no INSS. Essa aposentadoria é calculada com base em 60% da média aritmética das remunerações do servidor no período, o que pode resultar em um valor bem abaixo do esperado, podendo chegar a apenas um salário mínimo.

• Recomendação do SINTSEF/CE:

Diante dos riscos e das perdas potenciais, o SINTSEF/CE não recomenda a desaverbação do tempo excedente para fins de obtenção de aposentadoria por idade no INSS. A medida pode trazer consequências nefastas e irreversíveis ao benefício de aposentadoria especial que os servidores conquistaram.

O Sintsef-CE orienta os servidores a buscarem a assessoria jurídica do sindicato para maiores esclarecimentos.



Como agendar o atendimento virtual com o setor jurídico



Passo 01

Entre no site do **Sintsef-CE** (www.sintsefceara.org.br), pelo computador ou pelo celular e procure pela imagem com o nome **"Atendimento Jurídico, agende aqui!"**

Em seguida clique nela e aguarde, você será redirecionado para outra tela de navegação

Passo 02

Agora **leia como funciona** o atendimento presencial e virtual para entender qual se encaixa melhor a sua necessidade.

Se você optar por atendimento **virtual**, clique no link indicado pelo site e aguarde, você será redirecionado para uma janela com uma agenda virtual de datas e horários disponíveis.

Passo 03

Com a agenda aberta **escolha a data** para o seu atendimento e **veja qual advogado(a) estará disponível** naquele dia e horário, em seguida clique em **"avançar"** novamente.

*As datas em azul são os dias livres para atendimento virtual do nosso setor jurídico.

Passo 04

Preencha as informações solicitadas nos campos disponíveis, com os seus dados pessoais e qual assunto deseja resolver. No fim da mensagem clique na opção em azul **"Agendar Evento"**.

Pronto! **atendimento agendado**, no dia e horário marcado entraremos em contato com você!

Viu só como é rápido e fácil fazer o nosso agendamento?

CONTATOS DO JURÍDICO

(85) 3255-7349 (Recebe Ligações)
sintsefceara.org.br
juridico@sintsef-ce.org.br

Apenas mensagem de Whatsapp:
(85) 99961-1449
(85) 99964-0625
(85) 98175-5495
(85) 99914-0627



E mais...

SINTSEF-CE lança cartilha sobre Delegados de Base

Com satisfação, apresentamos nossa nova cartilha sobre Delegados de Base. Escrita e ilustrada por Clévisson Viana Lima, destaca a importância vital desses representantes na organização e mobilização dos trabalhadores em cada órgão. Reconhecemos neles a força motriz para avançarmos na defesa de nossos direitos.



RETROSPECTIVA 2023

Em meio a um ano repleto de desafios e conquistas, separamos algumas imagens para relembrar a essência vibrante da luta sindical promovida pelo Sintsef-CE. Apenas três fotos são meras janelas para um vasto palco de atividade que realizamos. Neste pequenos registros, reconhecemos a importância da crítica e da mobilização como elementos fundamentais na construção de um futuro mais justo e igualitário.



Em 1º de Maio, no tradicional ato do Dia dos Trabalhadores(as), no Pirambu (Fortaleza-CE)



Em 03 de outubro, no ato contra a PEC 32 na Praça da Bandeira (Fortaleza-CE)



Em 14 de setembro, no Encontro Nacional dos Servidores do Dnocs

RECEBA O VOZ DO SINTSEF-CE

ADICIONE O NOSSO

Contato

Receba diariamente o boletim "A Voz do Sintsef-CE".
Salve nosso contato e envie um Oi, com seu nome, cidade e órgão.

(85) 99179-1973